

Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Aplicadas e Educação – CCAE
Graduação em Ciências Contábeis

PROCESSO DE TOMADA DE DECISÕES E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS: UM ESTUDO COM OS GESTORES DE COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS DA PARAÍBA

Área Temática: Áreas Afins

Elvis Henrique Cruz – UFPB – elvishenriquecruzpb@gmail.com
Isabelle Carlos Campos Rezende Cavalcante – UFPB – isabelle.rezende@academico.ufpb.br

Resumo

Os gestores das cooperativas agropecuárias buscam estratégias de atuação, alinhadas a um conjunto de informações financeiras e econômicas, contidas nas demonstrações contábeis, para tomar decisões. Nessa direção, este artigo buscou demonstrar a percepção dos gestores de cooperativas agropecuárias, da Paraíba, sobre o uso das informações contábeis no processo de tomada de decisões. Portanto, para a realização, utilizou-se de um estudo de caso, quantitativo e descritivo, com dezesseis gestores de cooperativas agropecuárias do Estado da Paraíba, a partir da aplicação de um questionário estruturado, enviado de forma eletrônica. Os resultados revelaram que a maioria dos gestores das cooperativas concordaram totalmente com a afirmação que os demonstrativos contábeis fornecidos pelos seus contadores, são importantes para o processo decisório e a melhoria de aspectos internos das empresas. Ademais, verificou-se que os gestores possuem certo nível de conhecimento sobre a relevância das demonstrações e informações financeiras para o processo de gestão. Todavia, existem aspectos que precisam ser melhorados, como compreender a importância da adesão de sistemas de informações e a importância de obter consultorias externas, que também auxiliarão a atingir as metas esperadas. Como contribuição deste estudo para a literatura, foram devidamente ressaltados a importância destes demonstrativos para o processo decisório destes usuários e suas cooperativas, além de elaborar um panorama de como se encontram a relação destes gestores e a contabilidade.

Palavras-chave: Cooperativas Agropecuárias. Processo de Decisão. Informações. Gestores. Demonstrações Contábeis.

1 Introdução

Segundo a *Consumer Co-operatives Worldwide* (CCW, 2022), o cooperativismo foi idealizado por um grupo de pessoas em meados de 1844, na Inglaterra. Contudo, o movimento em território brasileiro aconteceu, segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras (Sistema OCB, 2021), no ano de 1889, no estado de Minas Gerais, a partir da constituição da Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto. Nessa direção, o movimento do cooperativismo envolve pessoas, valores éticos de cooperação, gestão democrática, a partir de uma sociedade constituída com forma e natureza própria, denominada cooperativa, que presta serviço aos associados com interesses e vantagens comuns, contribuindo para a ampliação econômica, não visando o lucro e apresentando desenvolvimento diferente das empresas do setor privado (Zdanowicz, 2014; Lei n.º 5.764/71).

As cooperativas são geridas de forma democrática, podendo ser entendida como uma empresa que presta serviços aos seus cooperados, administrada por uma Diretoria ou Conselho

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

C957p Cruz, Elvis Henrique.

Processo de tomada de decisões e informações contábeis: um estudo com os gestores de cooperativas agropecuárias da Paraíba / Elvis Henrique Cruz. - Mamanguape, 2022.
17 f. : il.

Orientação: Isabelle Carlos Campos Rezende Cavalcante.

TCC (Graduação) - UFPB/CCAE.

1. Cooperativas Agropecuárias. 2. Processo de Decisão. 3. Informações. 4. Gestores. 5. Demonstrações Contábeis. I. Cavalcante, Isabelle Carlos Campos Rezende. II. Título.

UFPB/CCAE

CDU 657

de Administração, conforme descrito no artigo 47, da Lei n.º 5.764/71. Dessa forma, elas podem oferecer diversos produtos e serviços, todavia, o foco deste estudo são as cooperativas agropecuárias cujo propósito é reunir produtores rurais ou agropastoris e de pesca, que trabalham desde a compra de sementes e insumos até a colheita, armazenamento, industrialização e venda no mercado da produção (Cardoso; Carneiro; Rodrigues, 2014).

Por conseguinte, esse mercado se apresenta como um ambiente competitivo, implicando que os gestores das cooperativas agropecuárias busquem estratégias de atuação, alinhadas a um conjunto de informações financeiras e econômicas, visando atender as necessidades do mercado e auxiliando no processo de tomada de decisões (Zdanowicz, 2014). Sendo assim, mediante a finalidade de prover aos gestores das cooperativas essas informações sintéticas, analíticas, úteis, que auxilie no processo decisório, as demonstrações contábeis se apresentam como relatórios relevantes, utilizando da contabilidade financeira para agregar as informações e da contabilidade gerencial para complementar o conjunto de relatórios contábeis obrigatórios, com outros elaborados de forma interna e detalhada (Iudícibus, 2020).

Nesse sentido, as demonstrações contábeis são importantes instrumentos de gestão e informações para os usuários, pois fornecem informações acerca da posição patrimonial, econômica e financeira das entidades, que auxiliam diretamente no processo de tomada de decisão dos interessados. Entretanto, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015) grande parte dos empresários e usuários destas informações, relatam ter dificuldades de compreender como a utilização das demonstrações contábeis podem auxiliar a forma de gestão das empresas.

Dessa maneira, explora-se uma lacuna destacando a seguinte questão de pesquisa: **Como os gestores de cooperativas agropecuárias, da Paraíba, percebem o uso das demonstrações contábeis no processo de tomada de decisões?** O objetivo geral do estudo foi demonstrar a percepção dos gestores de cooperativas agropecuárias, da Paraíba, sobre o uso das informações contábeis no processo de tomada de decisões.

Este estudo se motivou diante da necessidade de alertar a importância que as cooperativas agropecuárias exercem sobre o desenvolvimento social e profissional de diversas comunidades no país. Devidos os altos índices de desemprego que perduram até os dias atuais, as cooperativas surgiram como um modelo democrático de organização, atribuindo voz aos cooperados, independente de raça, cor, gênero, orientação sexual, circunstância econômica, possibilitando que contribuam com a gestão dessas empresas. Segundo dados do Anuário do Cooperativismo Brasileiro de 2021 (Sistema OCB, 2021), as cooperativas são responsáveis por empregar mais de 455 mil empregados no Brasil, além de promover assistência profissional acerca de 17 milhões de cooperados.

Ademais, esta pesquisa contribui com os estudos acadêmicos e a literatura, ao verificar quais as características e a relação das cooperativas perante as informações fornecidas pela contabilidade, além de apontar os diversos benefícios que a interpretação dos demonstrativos pode trazer a eficácia dos processos internos da organização.

2 Fundamentação Teórica

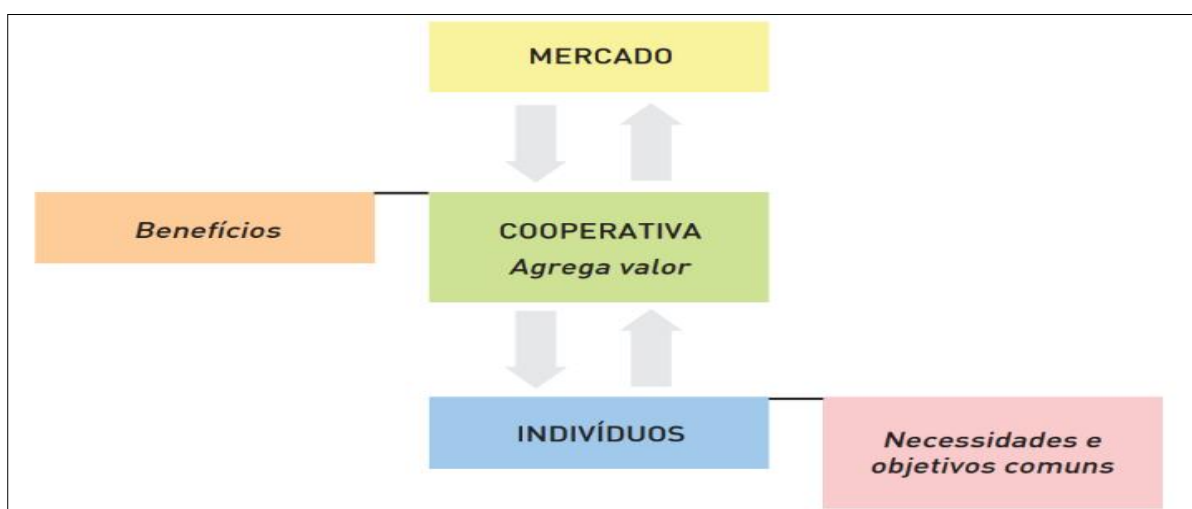
2.1 Cooperativas Agropecuárias

A etimologia explica que as palavras cooperação e cooperativismo passaram por diversos tipos de definições ao decorrer do tempo, tornando-se necessário o esclarecimento das suas objetividades. A cooperação pode ser explicada como ações pelo qual indivíduos ou determinado grupo, com interesses, deveres e direitos iguais, por meio das atividades, constituem um empreendimento, enquanto o cooperativismo, constitui uma sociedade justa e livre, atendendo as necessidades dos seus cooperantes (Büttenbender, 2011).

Conforme a Lei n.º 5.764/71, uma cooperativa pode ser definida como um tipo de associação autônoma, onde um determinado grupo de pessoas se juntam de forma voluntária, em busca de satisfazer as necessidades sociais, econômicas e culturais que tenham em comum. Esta, ainda, deverá ser regida de forma democrática, fundamentando-se na economia solidária, responsável por produzir bens e serviços para seus cooperados, comunidade e clientes, mantendo um nível de qualidade (BRASIL, 2022).

A OCB complementa que essas instituições devem possuir no mínimo 20 pessoas físicas, trabalhando em um interesse em comum, devidamente organizada de forma democrática, ou seja, que haja uma participação livre e imparcial aos seus cooperantes (Sistema OCB, 2021). A relação entre os benefícios proporcionados por essas instituições aos cooperados e ao mercado, podem ser representados como mostra a Figura 1.

Figura 1 Representação da relação da cooperativa com o mercado



Fonte: Adaptado de Cardoso, Carneiro e Rodrigues (2014).

Portanto, apesar de existir certa similaridade com outros de tipos de associações, as cooperativas se distanciam por possuir um caráter econômico, por proporcionarem que os serviços e produtos fornecidos pelos cooperados tenham maiores vantagens no mercado, diferentemente do que encontrariam em condições mais isoladas de negociações.

Mediante o crescimento dessas organizações no mercado global, houve a necessidade de estabelecer a *International Cooperativa Alliance* (ICA), em 1895, visando criar um órgão representativo, para desenvolver as relações comerciais e parcerias entre cooperativas de diversos países, que pudesse fornecer instrumentos de apoio para os campos técnicos, doutrinários e educativos, por meio de eventos e publicações (International Cooperative Alliance, 2019).

A OCB (2021) explica que o Brasil passou por processo democrático no ano de 1971, com o objetivo de estruturar os ramos do cooperativismo, passando de 13 para 7, sendo eles: agropecuário, consumo, crédito, infraestrutura, saúde, trabalho, produção de bens e serviços e transporte. Destes campos, as cooperativas do ramo agropecuário agrupam às atividades de extrativista, agroindustrial, agropecuária, aquícola ou pesqueira, reunindo profissionais do setor rural. Estes profissionais negociam a aquisição de insumos, mantendo preços menores e um bom nível de qualidade, atendendo com eficácia às exigências do mercado e auxiliando no processo produtivo. Além disso, estes terão acesso a diversos serviços especializados, como cursos de capacitação ou assistência de profissionais da área (SISTEMA OCB, 2021).

Segundo dados obtidos pelo Anuário do Cooperativismo Brasileiro, disponibilizado em 2021 (Sistema OCB, 2021), existem cerca de 1.173 cooperativas agropecuárias em atividade

no território brasileiro. Sendo estas, responsáveis por somar mais de 1 milhão de cooperados e serem responsáveis por manter 223 mil empregos diretos.

A *Consumer Co-operatives Worldwide* (CCW, 2022) relata que os primeiros cooperados basearam-se nos escritos do Dr. William King (1786-1865), renomado médico e filantropo da cidade de Brighton, com Robert Owen (1771-1858), um fabricante e reformador social, para criar os Princípios de Cooperação. Contudo, foi somente no ano de 1995, que a ICA decidiu criar a Declaração de Identidade Corporativa, documento este, responsável por definir o que é cooperativa, os valores que devem ser construídos e os 7 princípios descritos no Quadro 1.

Quadro 1 Os sete princípios do cooperativismo

Adesão Voluntária	Organização aberta para todas as pessoas que desejem participar, sem qualquer tipo de discriminação.
Gestão democrática	As decisões devem ser tomadas em conjunto, com participação ativa de todos os membros.
Participação Econômica dos Membros	Os membros deverão contribuir para o capital da empresa, recebendo a remuneração limitada, quando houver.
Autonomia e Independência	Possuem total autonomia e são controladas exclusivamente pelos seus membros.
Educação, Treinamento e Informação	As cooperativas devem promover educação e formação para seus membros e trabalhadores
Cooperação entre cooperativas	Devem fortalecer o movimento trabalhando em conjunto com outras cooperativas.
Preocupação com a Comunidade	Contribuir o desenvolvimento social das suas comunidades, por meio de políticas estabelecidas pelos seus membros.

Fonte: Consumer Co-operatives Worldwide (CCW, 2022).

Estes princípios passaram por diversas alterações até chegarem nesta versão mais atual, devido a congressos promovidos pela ICA, entre os anos de 1895 e 1995. Estas revisões foram necessárias para englobar as novas ramificações de cooperativas que surgiram com a globalização, além de suprir as necessidades que surgiram com as novas dinâmicas de trabalho, contudo, estas novas diretrizes ainda permaneceram de acordo com seus preceitos éticos, pautados pela ideia, democracia, liberdade e equidade entre os cooperados (International Cooperative Alliance, 2019).

2.2 Demonstrações Contábeis para Tomada de Decisões

O ponto de partida para manifestar a importância das demonstrações contábeis para este tipo de organizações e seus gestores, é observar qual o objetivo da contabilidade e suas devidas contribuições. Segundo Iudícibus (2020) esta ciência tem a função de fornecer demonstrativos contábeis, que serão elaborados consoante as necessidades dos seus diversos tipos de usuários, a fim de que auxilie na tomada de decisão.

Para o CPC 26 (R1) (2011) o objetivo das demonstrações é desenvolver informações financeiras e patrimoniais sobre a instituição, demonstrando os fluxos de caixa e o desempenho no período analisado, útil para o maior número de usuários em suas respectivas avaliações e consequentemente no processo decisório.

Inicialmente, estas demonstrações foram devidamente abordadas após promulgação da lei n.º 6.404 de 1976, denominada como lei das sociedades por ações, para regulamentar quais seriam as práticas operacionais e as formalidades para a constituição de empresas. Contudo, esta lei acabou sofrendo alterações advindas posteriormente pela lei de n.º 11.638 de 2007, que

acabou sendo responsável por harmonizar as normas de âmbito internacional com as que já estavam em vigência na legislação brasileira.

Com as alterações oriundas desta mesma lei (n.º 11.638, 2007), as demonstrações contábeis exigidas são: Balanço Patrimonial (BP), Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA), Demonstração do Resultado (DR), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) e a Demonstração do valor Adicionado (DVA), caso se refira a uma companhia aberta.

Contudo, no ano de 2017, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aprovou a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa, responsável por estabelecer os critérios e procedimentos próprios acerca dos registros de variações patrimoniais, estrutura das demonstrações contábeis e de avaliação e divulgação de informações referente às entidades cooperativas (CFC, 2017). Dentre os critérios abordados nesta mesma norma, cabe ressaltar que a Demonstração de Resultado (DR) é denominada como Demonstração de Sobras ou Perdas (DSP), visando evidenciar separadamente qual o resultado obtido pela cooperativa em dois grupos diferentes: ato cooperativo e ato não cooperativo.

Como contraponto, muitos dos gestores não sabem para que servem as demonstrações contábeis, tendo contato com elas a partir da entrega dos documentos pelo profissional da contabilidade, com dificuldades de utilização das demonstrações contábeis enquanto instrumentos no processo de gestão (Brandão, Oliveira & Gonçalves, 2019).

Para melhorar a compreensão destes usuários acerca dos dados que são divulgados nestes relatórios, o uso das notas explicativas se apresenta necessário, contendo informações adicionais, que porventura não foram apresentadas nas demonstrações e que sejam devidamente importantes para a análise e posteriormente no processo decisório (CPC 26, 2011). Não obstante, deve-se observar que as demonstrações contábeis que só forem destinadas a proprietários-administradores, ou apenas para usuários com autoridade fiscal e governamental, não estarão devidamente segundo os propósitos contábeis, que orientam que a apresentação deve atender igualmente todos os usuários (CPC PME, 2011).

A apresentação destes demonstrativos pelas cooperativas é realizada anualmente, nos primeiros três meses do ano subsequente, por meio da Assembleia Geral, órgão soberano composto por todos os cooperados ou por representantes destes (delegados), devidamente prevista pela lei n.º 5.764/71 de 1971, a fim de prestar contas os devidos resultados alcançados.

2.3 Usuários das Demonstrações Contábeis

Após estabelecer o objetivo principal da contabilidade e demonstrações, também se faz necessário determinar quais os usuários que necessitam dos demonstrativos contábeis para auxiliar o processo decisório. Nessa direção, a estrutura conceitual oriunda do pronunciamento técnico CPC 00 (R2) (2019), define que os usuários são classificados como primários, desde que possua interesse pelas informações financeiras de qualquer entidade, livre de erro, dotadas de características qualitativas.

Contudo, estudiosos destacam os tipos de usuários organizados em dois grupos: usuários externos e internos à entidade (Quadro 2), com características específicas. Os usuários externos referem-se às pessoas que estão de fora da empresa, possuindo um maior interesse pelos dados financeiros, além disso, estes não participam ativamente dos processos da entidade. Diferentemente dos usuários internos, que possuem ligação direta à rotina da organização e precisam destes demonstrativos para fins gerenciais (Garrison; Noreen; Brewer, 2012).

Quadro 2 Tipos de Usuários Externos e Internos

USUÁRIOS EXTERNOS	USUÁRIOS INTERNOS
GOVERNO	ADMINISTRADORES
FORNECEDORES	PROPRIETÁRIOS E ACIONISTAS
BANCOS	FUNCIONÁRIOS
AUDITORES E ANALISTAS EXTERNOS	AUDITORES E ANALISTAS INTERNOS

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa bibliográfica (2022).

Devido à diversidade destes usuários, tornou-se cada vez mais complexo a elaboração dos demonstrativos diante da singularidade de informações que estes necessitam da contabilidade. Todavia, as informações são produzidas para atender todos e não de forma particular (CPC 00 (R2), 2019). Assim, enquanto o governo se preocupa com arrecadação de tributos, acionistas com suas remunerações, fornecedores com concessões de crédito, a entidade necessita de informações complementares que auxiliem no processo decisório (Iudícibus, 2020).

Iudícibus (2020) complementa que a maioria dos sistemas de informações contábeis se baseiam inteiramente na legislação comercial, seguindo órgãos reguladores e que exigem a aplicação dos princípios da contabilidade. Perante o exposto, observa-se que as informações prestadas e as exigidas pelos administradores sofrem um grau de divergência, se comparadas às necessidades de usuários externos, fazendo com que a contabilidade desenvolvesse uma subárea que auxiliasse a administração das organizações, nomeada como contabilidade gerencial.

A contabilidade gerencial trata-se de um agrupamento de técnicas que, devidamente trabalhadas com a contabilidade financeira, contabilidade de custos e análise das demonstrações, conseguem fornecer informações relevantes para os administradores da entidade, buscando auxiliar no planejamento, controle e avaliação de desempenho. Além disso, possui a característica de elaborar relatórios com previsões e tendências futuras das atividades e do negócio em sua totalidade (Garrison; Noreen; Brewer, 2012).

Entretanto, para atender ao público externo das empresas, a subárea responsável por ajudar no processo de desenvolvimento das demonstrações é denominada como contabilidade financeira. Por meio desta, é possível fazer comparações sobre rentabilidade, posição financeira e o desempenho atual do empreendimento, além de enfatizar quais os acontecimentos passados e suas devidas consequências para o patrimônio da entidade (Iudícibus, 2020).

Quadro 3 Diferenças entre a Contabilidade Financeira e a Contabilidade Gerencial

PONTOS DE COMPARAÇÃO	CONTABILIDADE FINANCEIRA	CONTABILIDADE GERENCIAL
Tipos de usuário	Externos	Internos
Interessados na Informação	Acionistas, bancos, fornecedores, clientes, outros.	Gestores e demais responsáveis pela administração da entidade.
Objetivos dos relatórios	Facilitar a análise financeira para as necessidades dos usuários externos.	Facilitar as necessidades dos usuários internos.
Tipos de relatórios	Balanco Patrimonial, Demonstração de fluxos de caixa, etc.	Orçamentos, relatórios de desempenho, responsabilidade, etc.
Frequência dos Relatórios	Mediante obrigações legais, podendo ser trimestral, semestral ou anual.	De acordo com a necessidade da empresa.

Características das informações fornecidas	Objetiva (sem viés), verificável, relevante, comparável e tempestiva.	Relevante e tempestiva, subjetiva sob a finalidade do interessado, sem rigores de verificabilidade e precisão.
Horizonte de tempo considerado	Informações e dados são retrospectivos e históricos.	Histórica e preditiva – orientada para o futuro.

Fonte: Iudícibus (2020)

Apesar de possuírem enfoques diferentes, é notório que ambas são importantes para o funcionamento de qualquer tipo de empresa. Pois, a partir dos relatórios fornecidos por estas áreas, a entidade conseguirá suprir as necessidades dos seus usuários internos e externos, além de analisar as instabilidades provocadas pelo mercado.

3 Metodologia da Pesquisa

Uma pesquisa pode ser considerada uma atividade proposta a investigar problemas teóricos e práticos, por meio de técnicas científicas, a fim de responder uma indagação e propor soluções (Lakatos, 2021). Nesse contexto, este trabalho utilizou-se do método de estudo de caso, caracterizando como uma pesquisa descritiva, pois teve como objetivo geral demonstrar a percepção dos gestores de cooperativas agropecuárias, da Paraíba, sobre o uso das informações contábeis no processo de tomada de decisões. Nessa perspectiva, foi utilizada a abordagem quantitativa, uma vez que foi necessário classificar e analisar uma série de dados expressados em número (Prodanov e Freitas, 2013).

O universo estudado foi composto por todas as cooperativas do ramo agropecuário que estavam, devidamente, em atividade e listadas no *website* da OCB, representando o Estado da Paraíba, perfazendo um total de vinte e cinco (25) cooperativas. Assim, ao iniciar a pesquisa, cabe destacar que foi apurada uma amostra correspondendo a dezesseis (16) cooperativas, representando 64% da população.

Os dados foram coletados por meio de um questionário estruturado, aplicado com os gestores de cooperativas agropecuárias da Paraíba, elaborado na plataforma *Google Forms*, baseado na literatura, contendo doze (12) questões, sendo (03) subjetivas e (09) objetivas. Estas questões foram baseadas e adaptadas diante da pesquisa bibliográfica do pesquisador, a fim de proporcionar as respostas da problemática deste estudo, utilizando-se de base o questionário desenvolvido pela pesquisadora Pereira (2020).

Vale mencionar que nas questões objetivas, o respondente tinha um espaço para escrever (justificar) o porquê da escolha, daquela alternativa. Deste modo, as questões objetivas trataram, no geral, sobre a periodicidade da utilização das demonstrações contábeis, a percepção dos usuários em relação à relevância da contabilidade e suas demonstrações, a utilização de *software* para elaboração e comunicação das informações, e vínculos com consultores externos para dar auxílio na gestão.

O questionário foi enviado diretamente aos *e-mails* que estavam listados no *website* da OCB da Paraíba ou que estavam descritos no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), das vinte e cinco (25) cooperativas. O tempo para obtenção das respostas foi equivalente a 18 dias. Ao que se refere a mensuração dessas perguntas, foram utilizados métodos de escalas entre discordo totalmente a concordo totalmente (escala de Likert), múltipla escolha(s) e alternativas entre sim ou não, com a possibilidade de justificar as respostas de forma textual e individualmente.

Em seguida, os resultados foram organizados e representados por meio de gráficos, com a finalidade de proporcionar uma melhor compreensão dos leitores. Além disso, estes resultados

foram devidamente comparados com as justificativas obtidas de forma individual e textual dos 16 gestores participantes.

4 Apresentação da Análise e Discussão dos Resultados

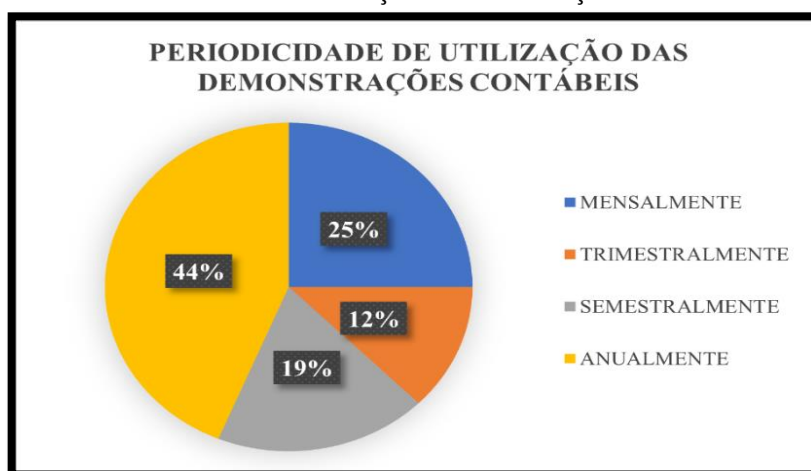
Os resultados apresentados foram alcançados a partir da aplicação do questionário estruturado com os gestores de cooperativas agropecuárias. Sendo assim, a primeira questão correspondeu a idade do respondente. Nessa direção, vale destacar que ao verificar as respostas dos 16 participantes foi identificado que dois gestores, talvez por falta de atenção, acabaram entendendo a pergunta “Qual a sua idade” por “Qual a sua cidade?”, informado no formulário de pesquisa qual era a cidade.

Dessa forma, visando corrigir o erro, o pesquisador encaminhou, novamente, *e-mail* aos dois participantes solicitando que a questão fosse respondida corretamente, informando que a pergunta se tratava da idade de cada um deles, e não da cidade de atuação da cooperativa. Adiante, após recebido o retorno dos respondentes, foi possível calcular a média da idade dos gestores das cooperativas agropecuárias que foi de 45 anos, conforme os dados divulgados pelo IBGE, e mencionados por Carvalho (2022). Um resultado próximo a este, evidenciado neste estudo, pode ser visto em pesquisa realizada por Araújo et. al (2022) apresentando que a maioria dos empresários (40%), de empresas localizadas na cidade de São Miguel do Tocantins, que usam as demonstrações contábeis para tomada de decisões, tem idade entre 41 e 50 anos.

O segundo questionamento foi sobre o nível de escolaridade. Dessa forma, foi observado, após o levantamento das respostas, que oito gestores possuem o ensino médio completo, quatro têm o ensino superior completo, três afirmaram não ter o ensino superior completo e um mencionou que concluiu por completo o ensino fundamental. Nessa mesma linha, o estudo de Araújo et. al (2022) também mostra que a maior parte dos empresários tem ensino médio completo. Como mencionado anteriormente no texto, uma parte dos gestores possuem certa dificuldade para entender as demonstrações contábeis e sua finalidade, sendo um dos fatores a ausência de um nível de educação e formalização necessária para compreensão.

Com relação ao tempo que esses gestores estão à frente da administração dessas cooperativas agropecuárias, do Estado da Paraíba, observou-se que o tempo médio foi de 11 anos, com destaque para três (3) respondentes que tinham entre 15 e 17 anos e cinco (05) respondentes entre 10 e 13 anos.

Gráfico 1 Periodicidade de utilização das demonstrações contábeis

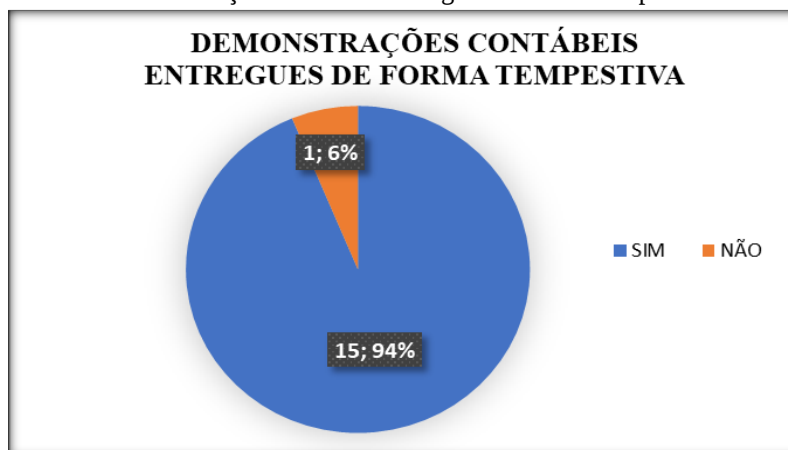


Fonte: Elaboração própria a partir do questionário aplicado (2022).

Posteriormente, quando perguntados sobre qual era a periodicidade da utilização das demonstrações contábeis para tomada de decisão, conforme o Gráfico 1, 44% dos gestores, ou seja, 07 deles, responderam que as mesmas eram utilizadas anualmente, seguidos por 25% dos gestores que visam a necessidade de análise mensalmente, 19% semestralmente e 12% trimestralmente. Portanto, é importante enfatizar que o objetivo das demonstrações contábeis é desenvolver informações financeiras e patrimoniais sobre a instituição, útil no processo decisório e se apresentando como ferramenta que auxilia seus usuários (CPC 26, R1, 2021; Sousa, Hora & Cavalcante, 2021).

Na sequência desta análise, foi levantado os dados se estes gestores recebiam as demonstrações tempestivamente, ou seja, a tempo de atender às suas necessidades. Segundo o pronunciamento técnico CPC 00 (R2) (2019), o envelhecimento de algumas informações financeiras acaba diminuindo o nível de utilidade, consequentemente prejudicando a opinião dos usuários. Por este motivo as demonstrações contábeis não serão as únicas fontes de informações para estes usuários, sendo de responsabilidade da contabilidade fornecer outros relatórios primários e ágeis, antes da finalização desses demonstrativos. Desta forma, é recomendável que o setor de contabilidade sempre esteja atento aos prazos estipulados pelos órgãos reguladores e os próprios usuários, a fim de fornecer as informações no melhor tempo possível.

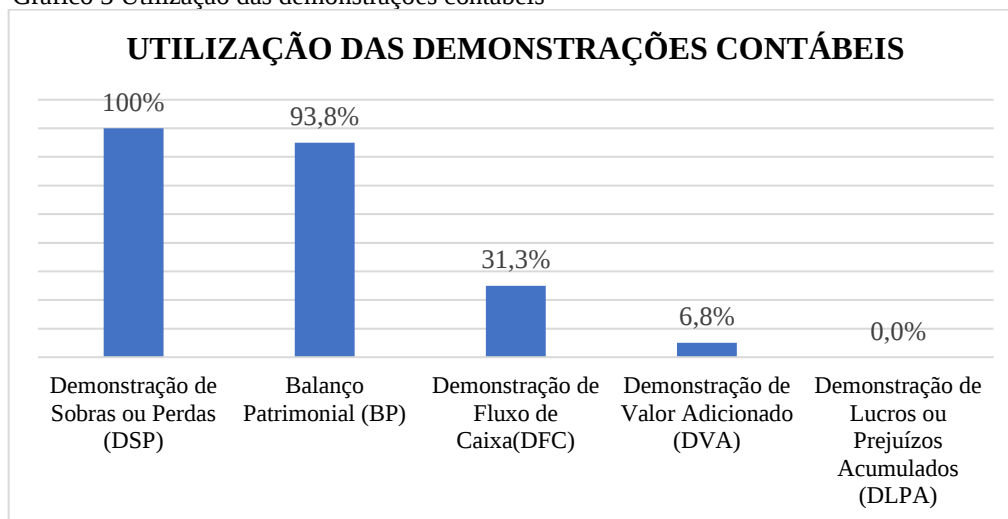
Gráfico 2 Demonstrações contábeis entregues de forma tempestiva



Fonte: Elaboração própria a partir do questionário aplicado (2022).

Conforme pode ser observado no Gráfico 2, observou-se que 94% dos gestores das cooperativas agropecuárias (usuários) afirmaram que têm acesso a esses demonstrativos e outros relatórios sempre que necessário, considerando as reuniões com as diretorias, assembleias e prestações de contas. Contudo, um dos gestores possui algumas experiências negativas, por receber estes relatórios após o prazo estipulado para a contabilidade, prejudicando seu processo decisório.

Gráfico 3 Utilização das demonstrações contábeis

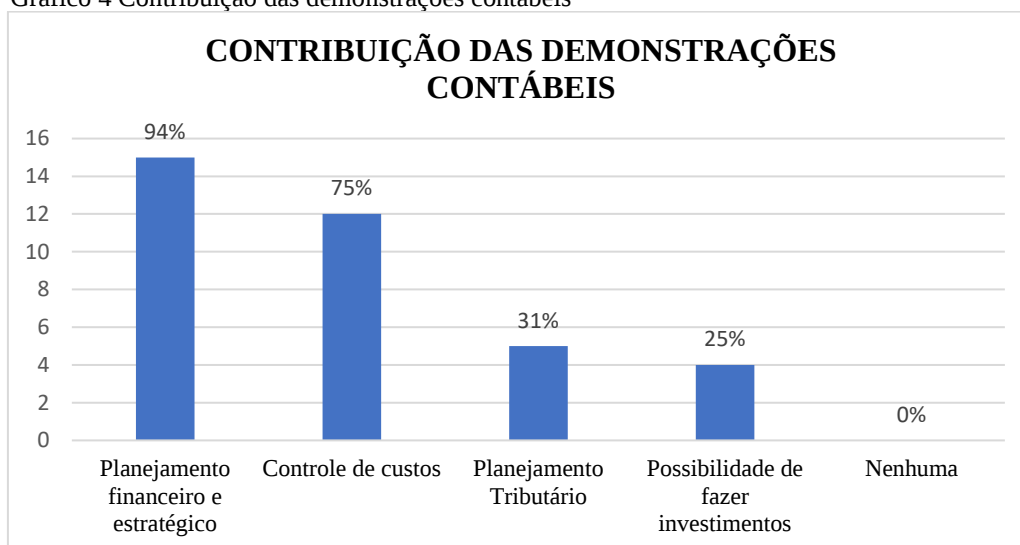


Fonte: Elaboração própria a partir do questionário aplicado (2022).

Em seguida, abordou-se a questão sobre quais demonstrativos eram mais utilizados para auxiliar a gestão das atividades e patrimônio da empresa, observando-se no Gráfico 3, que a demonstração de sobras e perdas (100%) e o balanço patrimonial (93,8%) foram os relatórios mais apontados pelos gestores (usuários). Vale destacar que a nomenclatura da demonstração de sobras e perdas, corresponde a demonstração do resultado do exercício. Esta nomenclatura é diferenciada, pois o estudo tratou-se de empresas caracterizadas como cooperativas que, em sua essência, não visam ao lucro e a legislação contábil trata diferente em termos de terminologia.

Torna-se imprescindível evidenciar que os gestores, além de assinalar quais eram as demonstrações contábeis mais utilizadas, também justificaram suas respostas apontando que a demonstração de sobras e perdas e o balanço patrimonial são as mais utilizadas em reuniões e agregam muito com as informações que a contabilidade informa aos gestores, sobre a situação financeira da entidade e quais foram as principais mudanças que ocorreram no patrimônio da entidade, são as mais úteis e essenciais e o contador costuma apresentá-las quando solicitadas. A demonstração de fluxo de caixa também foi apontada entre alguns gestores das cooperativas agropecuárias, pois a maioria dos gestores considera essas demonstrações as mais importantes para os mesmos tomarem decisões e analisarem no mínimo de forma anual.

Gráfico 4 Contribuição das demonstrações contábeis



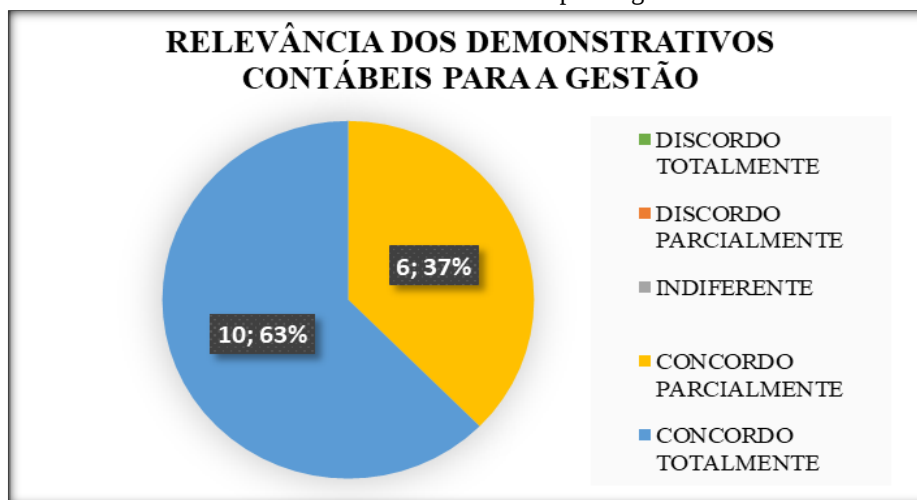
Fonte: Elaboração própria a partir do questionário aplicado (2022)

Logo, para identificar quais as situações que os gestores acreditavam que as informações advindas de relatórios contábeis auxiliavam no processo decisório, o Gráfico 4, demonstra que planejamento financeiro e estratégico e controle de custos foram os elementos mais evidenciados pelos gestores das cooperativas, ou seja, as informações contidas nos demonstrativos contábeis auxiliam os gestores no planejamento financeiro e estratégico (94%), controle de custos (75%) e planejamento tributário (25%).

Nesse sentido o autor Büttgenbender (2011), reforça que para atingir os objetivos gerenciais, a contabilidade deve coletar, interpretar e apresentar da melhor forma os dados financeiros que representam a real situação da entidade. Além disso, deverá reconhecer os principais custos da produção auxiliando no controle de custos relativos da produção e consequentemente no processo de comercialização dos produtos industrializados pela cooperativa.

A justificativa dessas alternativas serem mais apontadas ocorreu em detrimento de que há um melhor aproveitamento no controle de produção, na identificação de quais são os maiores custos do processo, pelo fato da cooperativa ser do ramo de agropecuária. Também, por meio desses planejamentos, evita-se de a cooperativa ficar sem recursos financeiros para executar os seus trabalhos, poder acompanhar o financeiro da empresa, a possibilidade de diminuir a carga tributária, tendo um controle fiscal. Dentre outros aspectos menos abordados, mais de grande valia, esses elementos conseguem analisar a viabilidade da cooperativa fazer investimentos futuros, além de possuir apoio para realização de planejamento tributário e fiscal.

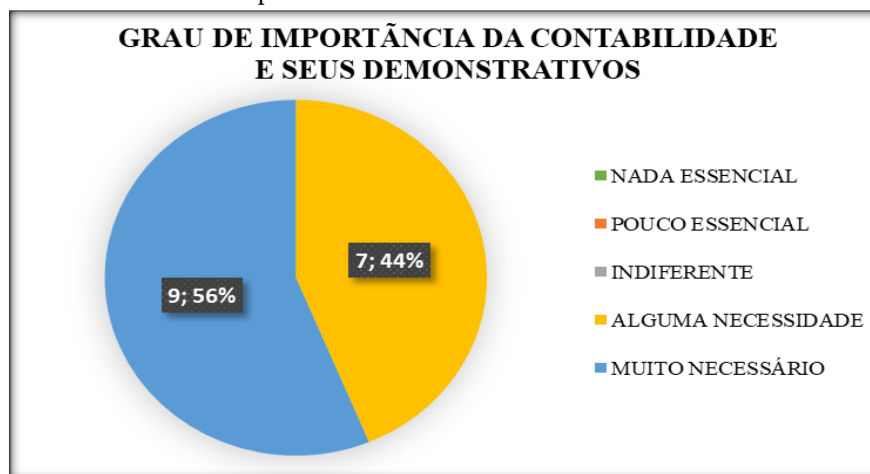
Gráfico 5 Relevância dos demonstrativos contábeis para a gestão



Fonte: Elaboração própria a partir do questionário aplicado (2022).

Complementando os dados ilustrados no Gráfico 4, verificou-se que 63% dos usuários (Gráfico 5), quando questionados sobre a concordância de que as informações financeiras e gerenciais fornecidas pelos demonstrativos contábeis auxiliam na administração da cooperativa, afirmaram que concordam totalmente; enquanto isso, os outros 37% afirmaram que concordam de forma parcial. Sendo assim, a maioria destes usuários justificaram que essas informações são importantes pois auxiliam na execução dos trabalhos, na administração interna da cooperativa, na saúde financeira da empresa, nas tomadas de decisões, permitindo que sejam alcançadas as metas estipuladas.

Gráfico 6 Grau de importância da contabilidade e seus demonstrativos



Fonte: Elaboração própria a partir do questionário aplicado (2022).

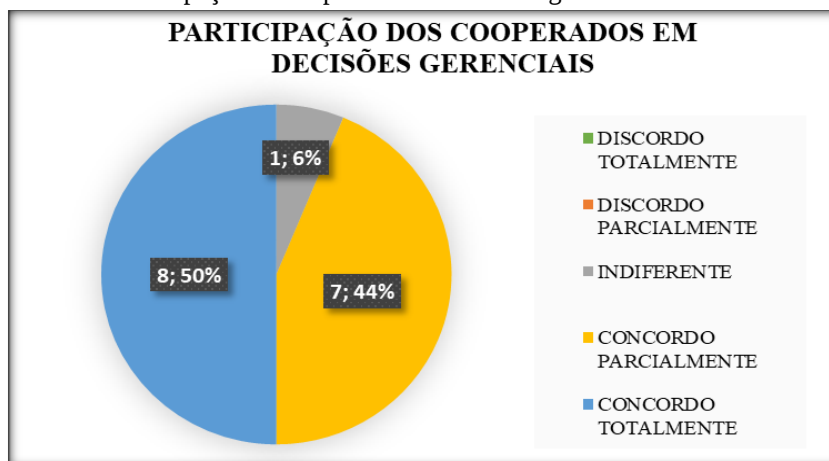
Finalizando as perguntas que continham questionamentos sobre a percepção desses usuários sobre a utilização das informações contábeis pro processo decisório, o Gráfico 6 reuniu os resultados sobre o grau de importância que estes gestores dão a contabilidade e seus relatórios. Destes, 56% dos usuários afirmaram que o serviço prestado pela contabilidade é muito necessário, contribuindo com informações que auxiliam a gestão financeira, processos administrativos, planejamento estratégico, planejamento tributário, orientações fiscais, possibilitando que seja desenvolvida uma gestão de excelência e que agregue na continuidade

da entidade. Porém, 44% dos gestores declararam que além dos serviços contábeis, é necessário que haja apoio de outras áreas, como serviços financeiros, advocatícios e econômicos.

Neste aspecto, nota-se que os 44% dos gestores tratam a contabilidade como uma ciência complementar para a gestão, contudo isso não a torna a ciência e seus demonstrativos menos relevantes, afinal, este departamento continuará sendo o responsável por desenvolver as informações financeiras e econômicas que contribuirão com o processo decisório dos próprios gestores.

Os próximos questionamentos que foram desenvolvidos pelo questionário, tinham o objetivo de analisar outros aspectos relevantes à gestão de cooperativas. Neste ponto, torna-se importante ressaltar que além dos gestores destas entidades, os cooperados também exercem alta importância no processo decisório da entidade. Segundo artigo 38, § 2º da Lei n.º 5.764/71, o Presidente do Conselho de Administração da cooperativa deverá convocar com antecedência mínima de 10 dias, todos os cooperados, com a finalidade de votarem acerca de qualquer decisão gerencial que seja de interesse da entidade e que altere seus processos internos, aspectos apresentados no Gráfico 7.

Gráfico 7 Participação de cooperados em decisões gerenciais

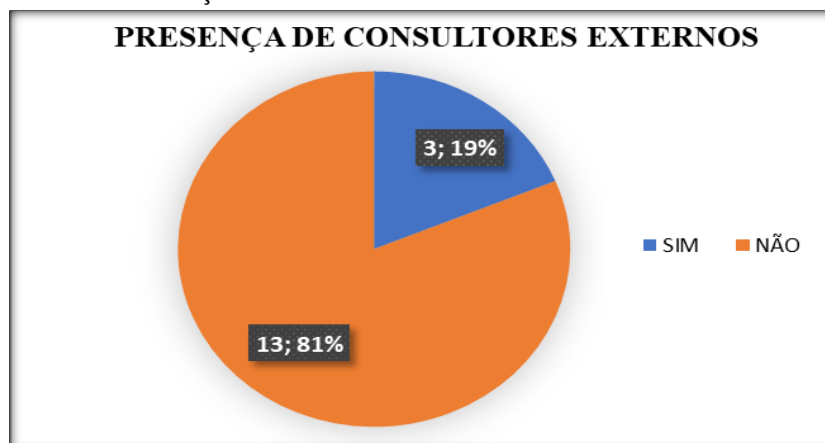


Fonte: Elaboração própria a partir do questionário aplicado (2022).

Nesse contexto, 50% dos gestores (Gráfico 7) afirmaram (concordam totalmente) que os cooperados estão inteiramente envolvidos com as discussões em torno dos processos gerenciais promovidos pelas cooperativas, além de comparecerem frequentemente nas assembleias gerais quando são requisitados, pois tudo depende da aprovação dos cooperados. Enquanto isso, 44% dos gestores relataram que há certa dificuldade para alguns cooperados comparecerem na maioria das convocações, contudo sempre tentam dar voz a todos os presentes.

Os gestores afirmaram que também buscam ouvir a opinião de todos os cooperados para tomarem as decisões gerenciais em conjunto. Ademais, um dos gestores se diz indiferente, pois, em algumas ocasiões, existem decisões que devem ser tomadas, apenas, pela diretoria da cooperativa e não diz respeito a todo o corpo de cooperados.

Gráfico 8 Presença de consultores externos

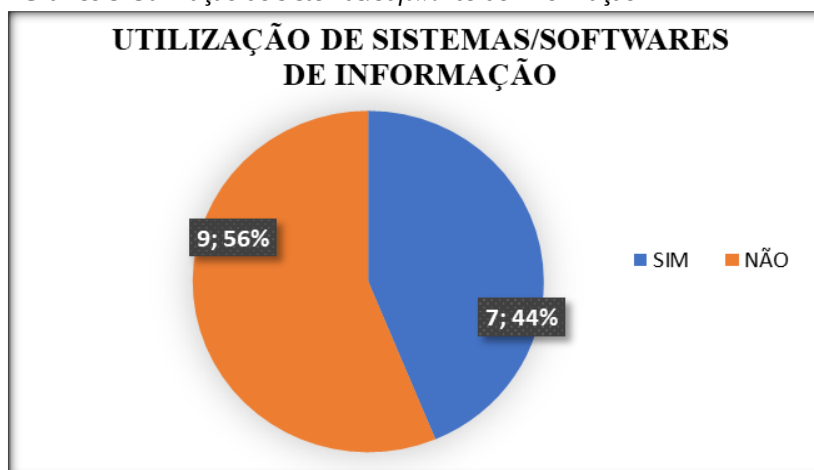


Fonte: Elaboração própria a partir do questionário aplicado (2022).

Logo após, os gestores responderam se as cooperativas possuíam algum vínculo com consultores externos, que auxiliasse na gestão administrativa, fiscal, tributária, estratégica ou financeira, além da contabilidade. Os resultados, no Gráfico 8, mostraram que 81% das cooperativas não possuem suporte de um consultor externo, sendo a principal justificativa dos gestores, não perceber a necessidade e quais os benefícios que estes serviços iriam acrescentar a cooperativa, porque os relatórios contábeis são fornecidos pelos contadores e eles mesmos são quem tiram as dúvidas dos gestores. Enquanto isso, duas das cooperativas possuem assessoria com profissionais especializados em assuntos fiscais e tributários, além de uma terceira, que possui um consultor administrativo.

Para identificar se as cooperativas forneciam os dados que fossem requisitados para a realização destes demonstrativos, também foi questionado se estas entidades possuíam ou não, a integralização de algum sistema ou *software* de informação que auxiliasse nos esclarecimentos das informações (Gráfico 9).

Gráfico 9 Utilização de sistemas/softwares de informação



Fonte: Elaboração própria a partir do questionário aplicado (2022).

Como pode ser observado no Gráfico 9, 56% destas entidades não possuem nenhum tipo de sistema de informação, por achar que há a necessidade de contribuir com informações auxiliares para a contabilidade ou para a própria diretoria. Diferentemente dos outros 44%, que ressaltaram que houve contribuições nos processos internos e elaboração de relatórios

gerenciais, além de poder fornecer outras informações que funcionam complementarmente e que agregam os relatórios desenvolvidos pelas contabilidades.

Dentre as formas de utilização para elaboração destas informações, algumas cooperativas utilizam sistemas fornecidos pelo mercado, como *VHSYS* e o *TINY*. Ambos os sistemas citados, possuem a finalidade de auxiliar nos processos de gestão interno das cooperativas, fornecendo as ferramentas necessárias para administrar o controle financeiro, controle de vendas, controle de estoque e gerenciamento do processo produtivo. Por último, a partir dos dados obtidos, foi possível identificar qual a percepção dos gestores sobre o grau de importância da contabilidade e seus demonstrativos, para melhorar as estratégias e resultados esperados.

5 Considerações finais, limitações e sugestões para futuras pesquisas

A partir deste estudo, foi possível reunir os dados necessários para demonstrar a percepção dos gestores de cooperativas agropecuárias, da Paraíba, sobre o uso das informações contábeis no processo de tomada de decisões. Dentre os resultados obtidos, a maior parte dos gestores entendem e ressaltam como a utilização destes demonstrativos e outros relatórios permitem que haja um melhor desenvolvimento no processo decisório e, conseqüentemente, nos processos internos. Contudo, apesar de alguns gestores possuírem opiniões divergentes, estes instrumentos continuam sendo relevantes ao proporcionarem informações úteis sobre a situação patrimonial da entidade, atingindo a sua finalidade.

Outro ponto positivo que pode ser ressaltado, é constatar que quase todas as empresas se esforçam, constantemente, para que seus cooperados estejam presentes em quaisquer decisões em termos gerenciais, como é estipulado no artigo 38, § 2º da Lei n.º 5.764 de 1971. Estes, podem contribuir diretamente com a dinâmica do negócio e o desenvolvimento socioeconômico onde estão situados, ao fornecerem novos pontos de vista sobre como elevar o nível de qualidade dos produtos fornecidos.

Contudo, outros aspectos ainda devem ser melhorados, como, por exemplo, entenderem a importância de obterem consultorias de contadores externos, que irão diagnosticar e propor para eventuais empecilhos que estejam dificultando a entidade de alcançar os próprios objetivos. Além deste citado, deveria haver uma melhor adesão a sistemas de informações, por proporcionarem redução do número de falhas intrínsecas das empresas e um conjunto de informações complementares, que agregarão os demonstrativos contábeis.

Por fim, este estudo se limitou a investigar gestores de cooperativas agropecuárias, do Estado da Paraíba. Desta forma, como sugestões de pesquisas futuras, pode-se observar qual a percepção dos gestores presentes em outros segmentos do mercado, ou exercer um comparativo econômico e financeiro em cooperativas de um mesmo ramo, situadas na Paraíba.

Referências

ARAÚJO, Amanda Melo., AYRES, Marcos Aurélio Cavalcante., OLIVEIRA, Ana Paula Monteiro de., SALES, Francisco Carlos Vaz (2022). *As demonstrações contábeis como instrumento para tomada de decisão de investimentos das empresas*. Revista Humanidades e Inovações, Palmas, TO, v.9, n.02.

BUTTENBENDER, P. L (2011). *Gestão De Cooperativas - Fundamentos, Estudos E Práticas*. Recuperado de <https://www.editoraunijui.com.br/>: Editora Unijuí.

BRANDÃO, C., OLIVEIRA, M., & GONÇALVES, A. (2019). *A dificuldade de utilização das demonstrações contábeis na gestão de micro e pequenas empresas*. Revista Faipe, 9(1), p. 18-30.

CARVALHO, A. *Faixa Etária - Geografia - Manual do Enem* (2022). Recuperado de <https://querobolsa.com.br/enem/geografia/faixa-etaria>.

CARDOSO, Univaldo Coelho; CARNEIRO, Vânia Lúcia Nogueira., RODRIGUES, Édna Rabêlo Quirino (2014). *Cooperativa*. SEBRAE. Brasília, DF.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (2001). *NBC T 10.8 – ENTIDADES COOPERATIVAS*. Brasília, DF.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (2017). *Interpretação Técnica Geral: ITG 2004 - Entidade cooperativa*. Brasília, DF.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (2011). *CPC PME (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas com Glossário de Termos*. Brasília, DF.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (2011). *CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis*. Brasília, DF.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (2019). *CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro*. Brasília, DF.

CONSUMER CO-OPERATIVES WORLDWIDE (2022). *History of Consumer Co-operatives*. Recuperado de <https://www.ccw.coop/history/>.

GARRISON, R.H.; NOREEN, E.W.; BREWER, P.C. (2012). *Contabilidade Gerencial*. 14 ed. Porto Alegre. Editora AMGH, Grupo A.

IBGE. (2015). *Estatísticas de Empreendedorismo*. Recuperado de <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/empreendedorismo/9145-estatisticas-de-empreendedorismo.html?edicao=18053&t=downloads>.

INTERNATIONAL COOPERATIVA ALLIANCE. (2019). *Cooperative mission*. Recuperado de <https://www.ica.coop/en/our-work/cooperative-mission>.

IUDÍCIBUS, S. de (2020). *Contabilidade Gerencial - Da Teoria à Prática*. 7º ed. São Paulo. Editora Atlas.

LAKATOS, E. M. (2021). *Metodologia do Trabalho Científico*. 9º ed. São Paulo. Editora Atlas.

LEI Nº 5.764, 16 de dezembro de 1971 (1971). *Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências*. Brasília, DF. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%205.764%2C%20DE%2016,cooperativas%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs

LEI Nº 6.404, de 14 de dezembro de 1976 (1976). *Dispõe sobre as sociedades por ações*. Brasília, DF. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm

LEI Nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 (2007). *Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras*. Brasília, DF. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm

PEREIRA, Francisca Gerailda Beserra. *Contabilidade de sociedades cooperativas: uma análise da importância da contabilidade para a ascensão do cooperativismo de crédito em Rondonópolis-MT*. 57 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Rondonópolis, 2020. Recuperado de <http://bdm.ufmt.br/handle/1/1734>

PRODANOV, Cleber Cristiano. FREITAS, Ernani Cesar de. (2013). *Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico* - 2ª Edição. Editora Feevale.

SISTEMA OCB. (2021). *ANUÁRIO DO COOPERATIVISMO BRASILEIRO 2021*. Recuperado de <https://materiais.somoscooperativismo.coop.br/anuario-coop-2021>

SISTEMA OCB. (2021). *ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS*. Recuperado de <https://www.somoscooperativismo.coop.br/ocb>

SOUSA, D. C. de, HORA, G. V. da, & CAVALCANTE, K. C. dos R. (2021). *Demonstrações contábeis obrigatórias: apontamentos e projeções para tomada de decisão organizacional / Mandatory financial statements: notes and projections for organizational decision making*. *Brazilian Journal of Development*, 7(12), 112907–112924. Recuperado de <https://doi.org/10.34117/bjdv7n12-190>

ZDANOWICZ, J. E. (2014). *Gestão financeira para cooperativas: enfoques contábil e gerencial*. 1º ed. São Paulo. Editora Atlas.